

Amc x
aux p b

Constituição assume cara do velho MDB

José Roberto Serra - 25/5/87

Franklin Martins

BRASÍLIA — A nova Constituição pode estar surpreendendo o país em um ou outro aspecto, mas no conjunto tem a cara de um velho conhecido do povo brasileiro: o MDB/PMDB dos palanques e da resistência democrática. Avançada nos direitos individuais e coletivos, efetiva nas conquistas trabalhistas, democrática na garantia das liberdades políticas, descentralizadora na repartição de recursos e nacionalista na economia, a Carta que será promulgada em breve reproduz as idéias centrais do programa do PMDB, divulgadas em comícios, discursos e panfletos durante 20 anos.

“O PMDB foi o miolo das oposições. E esta Constituição afirma a vitória ideológica das oposições sobre o antigo regime”, avalia o senador Fernando Henrique Cardoso (SP). “O PMDB expressou a média do pensamento político majoritário que se formou na sociedade. E é esse pensamento que está materializado na nova Constituição”, diz o deputado Euclides Scalco (PR). “O texto que estamos aprovando representa, em linhas gerais, a pregação das forças democráticas na luta contra a ditadura. São as nossas idéias que estão dando alma a esta Constituição, que é avançadíssima”, festeja o líder do PCB, Roberto Freire — ele próprio, até a legalização dos partidos comunistas, um parlamentar eleito pela legenda do PMDB.

Aliança — O curioso é que as bandeiras do PMDB — desde as mais gerais, como a definição de que os interesses do trabalho devem se sobrepor aos do capital, até as mais específicas, como o direito dos idosos de mais de 65 anos receberem proventos da Previdência, independente de terem pago ou não contribuição — foram confirmadas, na maioria dos casos, com o voto contrário de uma expressiva parcela da bancada, rebelde à liderança do senador Mário Covas e agrupada no Centrão. A vitória só foi possível graças à aliança com os partidos de esquerda e ao apoio de parlamentares isolados do PFL, do PDS, do PTB e dos pequenos partidos conservadores.

“As idéias majoritárias na sociedade, defendidas antes apenas pelo PMDB, penetraram em setores dos diversos partidos”, constata Fernando Henrique, explicando os inesperados apoios que permitiram a formação de uma maioria progressista na Constituinte. O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) acha que o modelo de processo de elaboração constitucional adotado, com suas diversas etapas, cheias de idas e vindas, também ajudou: “O sentimento geral existente no país acabou sendo assimilado por muitos constituintes, e as posições foram amadurecendo”. Para Scalco, os conservadores não conseguiram enfrentar a pressão contínua e difusa da opinião pública, que queria uma Carta moderna, progressista e profundamente democrática. “Faltou base na



Henrique: texto resgata lutas

sociedade para a direita. Ela ficou sem projeto e sem argumentação”, afirma.

Opinião — Se o programa do PMDB representou a base invisível do projeto constitucional da aliança de centro-esquerda, isso não quer dizer que o partido possa reivindicar sozinho a vitória. “O PMDB foi o miolo das oposições, mas elas sempre foram muito mais amplas do que ele”, lembra Fernando Henrique, citando o exemplo do jornal *Opinião*, órgão da imprensa alternativa surgido em 1972. “Ele estimulou uma discussão que acabou influenciando o PMDB no período mais negro, e debateu teses que agora aparecem na nova Constituição”. Muitos dos colaboradores do *Opinião* estão hoje em outros partidos, da mesma forma que vários dos intelectuais que elaboraram a cartilha eleitoral do PMDB em 1974, como Francisco Weffort e Francisco de Oliveira, pertencem atualmente ao PT.

Vivaldo Barbosa vai mais longe. “Na base dos artigos sobre a mineração, estão as idéias de Arthur Bernardes, que, como governador de Minas Gerais e presidente da República, se opôs à exploração de nossas jazidas pelos grupos estrangeiros. O Capítulo da Família recolhe muitas das posições de Clóvis Bevilacqua”, diz o deputado pedetista, referindo-se ao famoso jurista brasileiro da primeira metade do século.

Bandeira — O deputado Ulysses Guimarães, porém, não pretende mergulhar tão fundo no passado à procura das raízes da nova Constituição. Basta-lhe a história do PMDB. Aos amigos mais próximos, ela já anunciou que a nova Carta será, logo depois de promulgada, a principal bandeira que seu partido apresentará à sociedade e com a qual irá aos palanques. Terá de disputá-la, no entanto com os dissidentes do partido.

“Essa bandeira nós vamos levar”, adverte Scalco, que, junto com Covas, Montoro, Fernando Henrique, José Richa e outros históricos, encabeça o movimento de formação de novo partido.

Partido perde em 4 pontos importantes

Em pelo menos quatro pontos importantes, a nova Constituição contraria frontalmente o programa do PMDB. Em dois deles — eleições diretas para presidente e reforma agrária — o líder Mário Covas manteve-se fiel ao programa partidário e foi derrotado no plenário da Constituinte. Na anistia e na estabilidade, porém, tampouco Covas seguiu à risca os documentos do partido.

Diretas — “A Nação não elege o presidente da República (...) Se a nação não é consultada, como poderá ser atendida? Fechar as urnas é tapar a boca da Nação. Se o povo politicamente não pode falar, como poderá anunciar o nome de seus mandatários?” (discurso de Ulysses Guimarães na TV, 21/06/77).

“A loucura biônica é o paroxismo de obcecção continuísta do sistema”. (discurso de Ulysses no encerramento de reunião da Frente Nacional pela Redemocratização, em 21/07/78).

“Somente com o bisturi das diretas extirparemos o câncer do autoritarismo” (discurso de Ulysses na Boca Maldita, em Curitiba, no primeiro comício das diretas, em 12/01/84).

Anistia — “Ampliação da anistia de

modo a alcançar os condenados, a partir de 1964, por crime praticado por motivação política” (Programa Básico do PMDB, 26/05/81).

“A anistia é o esquecimento, cobrindo o passado e o presente, é o estuário cristão da reconciliação, para que os brasileiros deixem de lutar entre si e se irmanem no objetivo de salvar o país”. (Nota à imprensa de Ulysses Guimarães, clamando pela convocação da Constituinte, em 14/09/87).

Mais de mil marinheiros, expulsos da Marinha com base em atos administrativos e submetidos posteriormente a processos com motivação política na Justiça Militar, ainda aguardam a anistia.

Estabilidade — “A estabilidade no emprego é uma das mais justas aspirações dos trabalhadores brasileiros (...) É preciso estabelecer uma legislação que assegure a verdadeira estabilidade, não incompatível com o Fundo de Garantia” (Esperança e Mudança, pg. 26)

Reforma Agrária — “Defender, na próxima Assembléia Nacional Constituinte e nos trabalhos pós-constituintes do Congresso Nacional, teses que assegurem instrumentos jurídicos e canais institucionais mais adequados à realização da reforma agrária no país, garantindo as conquistas do Estatuto da Terra e da atual legislação, e superando as suas limitações” (O PMDB e a Reforma Agrária, resolução do I Congresso, 1987).

“Não existirá direito de propriedade, quando não estiver satisfeita a exigência da função social” (idem). (F.M.)